

Este último texto encerra para nós, neste espaço, e por enquanto este interessante debate. Assim, ele é dirigido sobretudo aos estudantes, e também ao público em geral, porque à Associação Tchiveka de Documentação pouco mais temos que acrescentar, que não seja o reiterar das nossas considerações na análise às características físicas do Manifesto do MPLA, o que faremos com o recurso sempre às mesmas fontes. Uma vez que nada do que foi dito nos nossos textos, lhe fará acreditar o contrário, do que a fragilidade das suas provas demonstram, só voltaremos aqui para este assunto, quando for publicado na íntegra o seu “original” do Manifesto do MPLA e ficarem provadas as suas asserções em defesa do mesmo.

Aos estudantes que se interessam pelas matérias relativas às fontes documentais para a História contemporânea de Angola, e porque acredito, provavelmente não terão ficado absolutamente clarificadas as nossas dúvidas e suspeições nos textos que aqui trouxemos, direccionámos a nossa análise de hoje aos documentos mais uma vez, mas desta feita, num exercício que demonstra a evolução cronológica das publicações do Manifesto do MPLA pela ATD, de modo a que estas se possam eliminar.

Assim, quanto às questões colocadas nos 8 pontos, com que se contesta a nossa posição, mereceram a nossa melhor atenção e sobre eles sintetizamos o seguinte:

Concordamos que compete à ATD a divulgação do seu acervo referente à luta de libertação nacional e neste caso concreto deve comprovar a existência material do histórico documento e as suas características.

Contudo consideramos que a historiadora não pode ficar indiferente aos procedimentos adoptados na divulgação deste importante documento não só para o MPLA mas para a história do movimento de libertação nacional em geral, e da história do nacionalismo moderno angolano.

Neste sentido, destacamos os temas que reclamam a nossa clarificação. Sobre a nossa afirmação quando dizíamos que Lúcio Lara não declarou a posse do original manuscrito do Manifesto do MPLA, demonstramos recorrendo a uma nota importante de Lúcio Lara versada na 1ª edição do *Amplio Movimento...* pág. 29. Aqui corria o texto transcrito da última página do Manifesto e foi introduzida a referida nota para chamar a atenção do leitor, ao facto de que a transcrição até aí, tinha como proveniência uma das cópias dactilografadas do Manifesto, pelo que passamos a transcrever na íntegra:

“(…) A partir daqui falta a última folha do documento que nos foi enviada de Luanda a Lisboa, perdida quando de uma exposição feita em Luanda em 1977. A parte final publicada provém de cópias do Manifesto, uma dactilografada e outra da

# Na Rota dos “Pergaminhos” alheios

## Dos Equívocos e Certezas dos Textos

Os trabalhadores europeus residentes em África devem lembrar-se de que os opressores das colónias formam, nas metrópoles, as classes que os exploram. Devem lembrar-se que é com os enormes lucros arrancados da exploração dos povos coloniais que os exploradores vêm tentando adiar e sustentar a sua luta contra eles. Com esses lucros enormes, as classes exploradoras metropolitanas não só criam e reforçam os meios de repressão e de investigação, como corrompem os dirigentes das massas, dividem as massas metropolitanas e fomentam o oportunismo entre os trabalhadores.

Os povos coloniais oprimidos e as massas trabalhadoras exploradas das metrópoles são aliados naturais na luta comum contra os exploradores de ambos. Levante-se a bandeira da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países! Seja vivificada e fortalecida a nossa justa e indestrutível frente mundial contra os exploradores das metrópoles e das colónias, nossos inimigos comuns. Lutemos pela coexistência e pela colaboração pacífica entre os povos!

Povo angolano! Luta pela tua sagrada liberdade!  
Povo negro de Angola! Luta pela tua sobrevivência! Pela sobrevivência da raça negra que os colonialistas querem assassinar!  
Homens, Mulheres e Jovens de Angola! Lutai pela vossa liberdade! Por um futuro livre, feliz e progressivo para todos!  
Tudo pela criação, pelo fortalecimento e pela multiplicação por toda a Angola de organizações patrióticas!  
Viva a luta unida e invencível dos povos da África e da Ásia contra a opressão colonial e racial!  
Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA!

Luanda, Dezembro de 1956

O grupo que criou o Partido Comunista Angolano em Luanda, em Novembro de 1955, era constituído por Viriato da Cruz (Mona ya Mundu), Ilídio Machado<sup>2</sup> (Paulo Costa), António Jacinto (Carlos Duarte) e Mário António de Oliveira. Logo se apercebeu das dificuldades do seu crescimento nos diferentes contactos que fez, o que o levou quase imediatamente a criar outros partidos mais atraentes, dentro aliás da palavra de ordem do Manifesto de criar «milhares de organizações espalhadas por toda a Angola».

1. A partir daqui falta a última folha do documento que nos foi enviado de Luanda a Lisboa, perdida quando de uma exposição feita em Luanda em 1977. A parte final aqui publicada provém de cópias do Manifesto, uma dactilografada e outra da mão de Viriato da Cruz. O texto original, que eu me lembro, tinha como data: Luanda, Dezembro de 1956.

2. Ilídio Machado, nascido em Luanda em 1914. Funcionário dos Correios muito respeitado, participando através da Liga Nacional Africana e da Associação dos Naturais de Angola na consciencialização patriótica da juventude para a libertação de Angola. Com Viriato da Cruz, António Jacinto e Mário António de Oliveira fundou o Partido Comunista de Angola e depois o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola. Colabora, com Viriato da Cruz, na elaboração do Manifesto para o PLUA que tem uma visão mais alargada da luta e concordam com Viriato no alargamento para um amplo movimento de libertação, em Dezembro de 1956. Além das tentativas feitas em Luanda, tentam atrair os estudantes e marítimos em Portugal, pelo que lhes enviam os documentos nos inícios de 1957, na ideia de também os engajar naquele movimento. Ilídio não chegou a pôr em marcha o Movimento popular de libertação de Angola por se terem agravado as condições policiais. Só em 1959 Ilídio consegue partir para Lisboa onde acaba por ser preso em 27 de Junho e transferido para Luanda.

Um amplo movimento... (até Fev. 1961)

«Lutar em todas as frentes e em todas as condições»;  
«O colonialismo português não cairá sem luta»;  
«A luta só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola»;  
«O povo angolano deve organizar-se através de milhares e milhares de organizações espalhadas por toda a Angola»;  
«Lutar para organizar e organizar para lutar»;  
«Nunca se deve ceder à impaciência»...

Recebidos da mão do marítimo António Rodrigues,<sup>1</sup> os dois documentos não apresentavam uma perfeita ligação entre si e assim ficámos a aguardar melhores esclarecimentos de Luanda.

Documento sem título, que viria a ser o Manifesto do MPLA<sup>2</sup>  
[manuscrito por Viriato da Cruz]<sup>3</sup>

O desenvolvimento das forças produtivas dos primeiros países capitalistas da Europa - desenvolvimento com base na assimilação do progresso técnico criado por essas nações, através do século - levou esses países europeus à procura de mercados para os seus produtos. Daí as viagens marítimas subsidiadas pelo comércio do Estado e pelas empresas particulares dos países capitalistas europeus, e daí a criação de fortunas (estabelecimentos comerciais) e capitais nas costas africanas.

[Sublinhados e maiúsculas conforme o original]:

O desenvolvimento das forças produtivas dos primeiros países capitalistas da Europa - desenvolvimento com base na assimilação do progresso técnico criado por

1. Além de António Rodrigues, os marítimos que tinham a missão de levar e trazer documentos eram António Octávio Van Dúnem (Zito Van Dúnem) e Manuel Soares Gomes.

2. Podem-se ler em Anexos nº 6, 7 e 9 os manifestos do Comité Secreto da Independência, do MIA e do MLNA, respectivamente, assim como um panfleto do MLN em Anexo nº 8 e outro do MLNA em Anexo nº 10. Na página 293 encontra-se um apelo do MINA.

3. Existem várias cópias dactilografadas deste “manifesto”. Nas duas primeiras edições foi publicada uma versão com base em cópias dactilografadas. Entretanto foi encontrado, no acervo de Lúcio Lara, o original de uma versão manuscrita por Viriato da Cruz que aqui publicamos. Esta versão manuscrita, que não tem título nem data, contém algumas palavras rasuradas que não assinalamos aqui. (nota da 3ª edição)

mão de Viriato da Cruz. O texto original que eu me lembro, tinha como data: Luanda, Dezembro de 1956. (...)”

Não sendo certa para a ATD a interpretação da historiadora, que não vê aqui declarada a existência do manuscrito original nas mãos de Lúcio Lara, de cujo texto original lembrava-se da data. Impunha-se pois, na 3ª edição quando se anuncia não mais a versão dactilografada como se vê na página 23 da primeira edição, mas o manifesto manuscrito pela mão de Viriato da Cruz, dever-se-ia então corrigir a narrativa do nacionalista. Contudo o que vimos:

Documento sem título, que viria a ser o Manifesto do MPLA(2)

[Manuscrito por Viriato da Cruz](3)

Para o título há uma nota número 2 que reproduz fielmente o conteúdo da nota número 1 da primeira edição: “(...) Podem ler-se em Anexos nº 6, 7 e 9 os manifestos do Comité Secreto da Independência, do MIA e do MLNA, respectivamente, assim como um panfleto do MLN em Anexo nº 8 e outro do MLNA em Anexo 10. Na página 272 encontra-se um apelo do MINA.”

Até aqui o procedimento não fere a regra. Contudo a nota número 3 aposta ao subtítulo, justifica a inclusão da versão manuscrita do seu

“original” da seguinte forma: “(...) Existem várias cópias dactilografadas deste “manifesto”. Nas primeiras edições foi publicada uma versão com base em cópias dactilografadas. Entretanto foi encontrado, no acervo de Lúcio Lara, o original de uma versão manuscrita por Viriato da Cruz que aqui publicamos. Esta versão manuscrita não tem título nem data, contém algumas palavras rasuradas que não assinalamos aqui (nota da 3ª edição).

Julgamos, que aqui, impunha-se um registo a contrariar Lúcio Lara, que na primeira edição se lembrava de que no texto original estava a data: Luanda, Dezembro de 1956(...)”

O que aconteceu, é que este conteúdo, ou melhor esta nota da primeira edição desapareceu, sem que o editor desse qualquer esclarecimento aos leitores sobre o assunto.

Claro, que também este elemento fez crescer a suspeição que não está apenas no suporte físico como demonstraremos com as imagens, mas igualmente no modo de proceder editorialmente.

Não se trata de falta de ética, antes pelo contrário, é em busca de ética, razão porque nos colocamos neste caminho.

Não nos parece ético este modo de proceder, pois induz o leitor em erro, que fica na

expectativa de ler o documento a partir do seu original como se anuncia, mas o conteúdo só se lê na transcrição e nos extractos que foram semeados entre os textos.

São estas questões que me parecem legítimas de colocar e que reclamam naturalmente melhores explicações de quem fez aquelas opções editoriais, pois elas não enobrecem o documento.

Quando à nossa afirmação de que Lúcio Lara não privou com Viriato da Cruz na sua curta passagem por Lisboa. De facto não houve um encontro a sós, entre ambos, como seria de prever dado a responsabilidade que pendia sobre Lúcio Lara, nas tarefas que desenvolvia, em prol da mesma causa, no exterior do país. Em contacto com os Marítimos informou que lhe chegaram às mãos, dois documentos, os Estatutos do Partido Comunista de Angola e o Manifesto, porém, verificada a falta de ligação entre os mesmos, precisavam de mais explicações, por quem viesse do país. Estas reclamações foram apresentadas por Lúcio Lara numa reunião que este promoveu em sua casa depois que tomou conhecimento da presença de Viriato em Lisboa, na altura hospedado na casa de Amílcar Cabral. À esta reunião, para além de Viriato e Lúcio Lara, participaram ainda Neto e Amíl-

car Cabral o que serviu também para Viriato se explicar, do facto de não ter dado a conhecer a sua presença aos seus companheiros de luta, o que Viriato justificou com a necessidade de se manter mais recatado e longe dos olhares da PIDE. Referiu ainda Lúcio Lara “(...) discutiu-se a situação em Angola e informá-lo do que se passava em relação ao MAC (...)” (*Amplio Movimento* 1ª ed. Pág. 42).

Seguindo estas declarações de Lúcio Lara percebe-se que aqui não houve espaço para a entrega do Manifesto, ou qualquer outro documento, pelo menos não foi declarado. Ainda assim, é importante assinalar que houve um encontro a sós de Lara e Viriato, e que ambos privaram os assuntos do Movimento em curso, mas tal ocorreu já em Paris. “(...) Nas conversações que tive a sós com Viriato da Cruz procurava compreender o que significavam o Estatutos do PCA e o Manifesto recebidos.. Transmiti a Viriato as minhas apreensões quanto à eficácia de um partido comunista, não só pelos temores que o próprio nome podia criar às pessoas, mas também pelo facto de não nos parecer que nessa altura a classe operária angolana já estivesse “madura” para integrar um partido comunista... (...)” (*Amplio Move-*

mento... 3ª ed. Pág. 43).

Também nesta narrativa de Lúcio Lara não se verifica no encontro a sós mantido entre ambos, a entrega do manuscrito original do Manifesto, porque não nos parece verosímil que esse original não estivesse em posse do seu redactor em todo o percurso efectuado a partir de Luanda até à chegada a Conacry onde se instalou o Comité Director do MPLA. Seguindo as declarações de mais dois membros do Comité Director, nomeadamente Azancot de Menezes e Mário Pinto de Andrade, estas atestam a chegada de Viriato da Cruz a Conacry com o seu manuscrito. Sabemos mais, à passagem de Viriato por Paris e nas sessões de trabalho com Mário Pinto de Andrade naquela cidade, não é referida a intervenção de mais nenhum dos companheiros sobre o Manifesto e sobre os estatutos do PCA.

Concluimos esta abordagem que se revelou quanto a nós profícua, pois trataram-se de questões há muito tidas como tabu sobre as Origens do MPLA.

Não se pode exigir aos historiadores que velem pelos pergaminhos das instituições de arquivos, quando elas próprias não se escusam à força do crivo da crítica histórica que penderá sobre os seus ombros por práticas não convencionais de divulgar os documentos à sua guarda.

